

Por que regular fintechs protege sistema financeiro, trabalhadores e coíbe crime organizado?



Nos últimos anos, as fintechs proliferaram significativamente. Segundo levantamento da PwC Brasil, publicado em julho de 2024, a base de clientes pessoa física das fintechs saltou de 25,6 milhões em 2022 para 46,7 milhões em 2023, um aumento de 82%, enquanto, no exterior, a média de crescimento no período foi 58%.

Apesar de terem licença para atuarem com pagamentos e até utilizarem o termo “bank” no título, formalmente, as fintechs não são bancos, portanto não estão submetidas à mesma regulação dos bancos tradicionais. O caso mais famoso é o Nubank, que se registrou como instituição financeira e de pagamento, e não como um banco. Entretanto, numa rápida pesquisa em sites de busca, um dos primeiros links que surgem sobre a empresa a menciona como “o maior banco fintech da América Latina, e o maior banco digital em número de clientes fora da Ásia”.

"Ou seja, as fintechs atuam como bancos, mas não cumprem os direitos trabalhistas que deveriam com os seus funcionários, que prestam serviços bancários. Outro fator é que a fraca regulação que hoje existe para as fintechs permite que essas entidades sejam um canal para sonegação de impostos e para lavagem de dinheiro, contribuindo para o crime organizado", destacou Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e vice-presidente da CUT.

Juvandia pontuou também que a pauta da regulação das fintechs é uma das reivindicações do movimento sindical. Em maio de 2024, ela fez parte de uma comitiva de representantes dessas entidades que entregou ao Ministério da Fazenda uma proposta sobre o tema. "Esse cenário, de crescimento exponencial de fintechs, operando fora da legalidade da lei ao qual os bancos estão submetidos, desestimula o crescimento do emprego decente, porque coloca apenas sobre um lado do setor, no caso dos bancos tradicionais, toda a carga tributária. Porém todos precisam contribuir igualmente e devem garantir emprego decente, baseado nas regras trabalhistas e na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria", completou.

Sonegação e lavagem de dinheiro

Em agosto de 2024, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram a Operação Concierge, para investigar uma organização criminosa, formada por duas fintechs para a lavagem de dinheiro e blindagem patrimonial, ou seja, sonegação fiscal ou ocultação de bens.

Mais recentemente, na última terça-feira (25), a Operação Hydra do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Federal levou à prisão o policial civil Cyllas Salerno Elia Júnior, fundador e CEO da fintech 2GO Bank, usada para lavagem de dinheiro e ligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC).